

LIBERDADE E DEMOCRACIA EM ROUSSEAU*

Roberto Goto**

Sobre a personalidade e o pensamento de Rousseau existiram e existem as mais controvertidas opiniões. No seu tempo, Rousseau foi, por exemplo, alvo das críticas mais acerbas de Voltaire. As inimizades começaram em 1755, quando ocorreu o violento terremoto de Lisboa, vitimando trinta mil pessoas. Voltaire escreveu um poema pondo em dúvida a providência divina. Rousseau comentou: "*Voltaire, parecendo sempre acreditar em Deus, na realidade não acreditou nunca senão no diabo, já que o seu pretensão Deus é um ser maligno que, segundo ele, encontra todo o seu prazer na prática do mal*". Rousseau não concordava com a insinuação de que o terremoto indicava uma falha nas intenções de Deus. Para ele, a tragédia havia sido uma decorrência da Civilização. "*Se os homens não morassem em casas - disse ele -, elas não lhes teriam caído em cima*".

Por esta época, de fato, Rousseau pregava uma valorização do homem natural e se lançava contra os aspectos negativos da Civilização. Essas idéias foram conhecidas no mesmo ano de 1755, quando Rousseau publicou o *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*. A reação de Voltaire, após o desentendimento sobre o terremoto, dificilmente poderia ser outra: "*Recebi seu novo livro contra a raça humana, e agradeço-lhe por isso. Nunca se empregou tanta inteligência com o fim de nos tornar a todos estúpidos. Lendo-se seu livro, tem-se a vontade de andar com quatro patas. Mas como já perdi esse hábito há mais de sessenta anos, vejo-me infelizmente na impossibilidade de readquiri-lo*".

Entretanto, uma espécie de dialética afetiva unia Voltaire e Rousseau. Quando as autoridades de Genebra queimaram o livro de Rousseau, Voltaire colocou-se em sua defesa cunhando a frase célebre que ainda hoje costuma ser citada por liberais quando querem exibir sua tolerância: "*Não concordo com uma só palavra do que dizeis, mas defenderei até a morte o vosso direito de dizê-la*". Rousseau retribuiu-lhe, numa carta datada de 1760: "*Odeio-vos, com efeito, já que assim o quisestes; mas vos odeio como a um homem digno ainda de ser amado, se o tivésseis desejado. De todos os sentimentos de que meu coração estava cheio com respeito a vós, resta somente a admiração que não posso negar a vosso formoso gênio*".

* Este texto foi escrito em 1976, quando o autor freqüentava seu quarto e último ano do curso de Filosofia na PUC de Campinas.

** Professor de Filosofia na EESG "Culto à Ciência", em Campinas, SP.

meu amor por vossos escritos. Se nada há em vós que eu possa honrar, exceto vosso talento, não é minha a culpa”.

Tanto no episódio envolvendo o terremoto de Lisboa quanto neste elogio a Voltaire, revela-se uma das características que, não sem razão, costumam ser identificadas em Rousseau: sua sensibilidade “pré-romântica”. David Hume, com quem Rousseau manteve também um relacionamento acidentado, manifestou essa opinião sobre o filósofo genebrino: “*Ele somente sentiu durante toda a vida e, a esse respeito, sua sensibilidade se eleva a um nível superior a tudo o que vi; mas isto lhe produz um sentimento mais agudo de dor que de prazer. Ele é como um homem que estivesse desprovido não só de suas roupas como de sua própria pele, e que tivesse, nesta situação, de combater os rudes e tumultuosos elementos.*”

A figura de Rousseau nos dias atuais não é menos controversa. Em geral, Rousseau tem sido considerado o “pai” da democracia moderna. Mas, no capítulo que Bertrand Russell dedica a ele na sua *História da Filosofia Ocidental*, Rousseau não é considerado nem mesmo um filósofo e sua doutrina política é relacionada ao nazismo e ao fascismo. No começo do capítulo, diz Russell que “*na época atual, Hitler é uma consequência de Rousseau*”. No final do mesmo capítulo, complementa: “*as ditaduras da Rússia e da Alemanha (principalmente esta última) são em parte resultado dos ensinamentos de Rousseau. Não me aventuro a predizer quais os novos triunfos que o futuro tem a oferecer à sua memória*”.

I

A opinião de Russell, como a de Voltaire, mostra talvez que é fácil ter idéias parciais sobre as concepções antropológicas, políticas e filosóficas de Rousseau. Parece provar, além disso, a existência de uma oposição de fato entre liberalismo e democracia, ou entre liberdade individual e igualdade social. O próprio Rousseau, na verdade, já estava preocupado com esses problemas e uma parte expressiva de sua obra é uma tentativa de sintetizar e conciliar esses aspectos antagônicos entre as teorias liberais, que se baseiam na valorização dos direitos do indivíduo, e as doutrinas democráticas, que se fundamentam na idéia da vontade da maioria.

Estas são questões que se mantêm até hoje e interessam de perto à geração contemporânea. Por isso, para se ter uma idéia o mais possível fiel do pensamento rousseauiano e perceber que suas teorias não são tão ingênuas quanto parecem ou possam ter parecido, nem são descontínuas, é preciso efetuar a análise de cada uma de suas obras.

O primeiro livro escrito por Jean-Jacques Rousseau foi o *Discurso sobre as Ciências e as Artes*. Ele é de 1749, quando Rousseau contava 37 anos. O motivo que o levou a escrever a obra é histórico. Ele estava a caminho de Vincennes, onde ia visitar - na prisão - o seu amigo Denis Diderot, encarcerado por causa da publicação da *Carta sobre os Cegos*, considerada ateuísta. Na estrada, Rousseau leu um artigo do jornal *Mercur de France* que trazia a notícia de um concurso da Academia de Dijon. Os candidatos tinham de responder a seguinte pergunta: "*O progresso das Ciências e das Artes contribui para corromper ou apurar os costumes?*"

Rousseau respondeu negativamente, ou seja, disse que o progresso das Ciências e das Artes não trouxe grandes benefícios à humanidade, e ganhou o prêmio da Academia. Nessa primeira obra, Rousseau estabelece uma antítese entre o homem natural e a Civilização. Diz que esta contribuiu para degenerar os valores morais da natureza humana, substituindo-os pela cultura intelectual. Desse modo, assim como a etiqueta e as boas maneiras podem esconder o mais extremo egoísmo, as Ciências e as Artes podem encobrir apenas a vaidade e o orgulho.

Mas como Rousseau define o homem natural? Neste *Discurso*, sustenta que o homem natural deveria ser feliz porque vivia apenas de acordo com suas necessidades inatas. Estas necessidades - de alimentação, de reprodução, etc. - seriam satisfeitas sem maiores obstáculos, não sendo dificultadas pela angústia da doença e da morte. Embora agressivo, o homem natural teria também, em contrapartida, um sentimento de piedade em relação ao semelhante, o que o impediria de fazer-lhe qualquer maldade. O indivíduo viveria em comunidades familiares e seria dotado de livre arbítrio e sentido de perfeição. É a idade de ouro da humanidade.

A brutalidade e a corrupção, segundo Rousseau, teriam se implantado na comunidade humana em períodos posteriores, com o início do processo de civilização e o surgimento da propriedade privada. No *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*, publicado em 1755, o filósofo dirá, com efeito, que "*o verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer isto é meu e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo*". Este *Discurso* já prefigura uma evolução para a teoria do contrato social. Diz Rousseau, logo no segundo parágrafo, que concebe, "*na espécie humana, dois tipos de desigualdade: uma que chamo de natural ou física, por ser estabelecida pela natureza e que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito e da alma; a outra, que se pode chamar de desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens*".

Indicando, além disso, que não propõe pura e simplesmente uma volta ao estado natural, como imaginava Voltaire, no prefácio deste mesmo *Discurso* Rousseau esclarece que “*não constitui empreendimento trivial separar o que há de original e de artificial na natureza atual do homem, e conhecer com exatidão um estado que não mais existe, que talvez nunca tenha existido, que provavelmente jamais existirá, e sobre o qual se tem, contudo, a necessidade de alcançar noções exatas para bem julgar de nosso estado presente*”. Por outro lado, Rousseau em nenhum momento irá propor o retorno do indivíduo ao seu estágio primitivo ou a destruição da sociedade para que isso ocorra. Segundo ele, embora o indivíduo tenha perdido muitas das vantagens que possuía no estado natural, adquiriu outras na sociedade. Em *Do Contrato Social - ou Princípios do Direito Político*, dirá que “*a posição na qual os indivíduos se encontram, em consequência do contrato, é preferível àquela na qual estavam antes. Em vez de uma renúncia, eles realizaram uma proveitosa troca; em vez de um modo de viver incerto e precário, conseguiram outro que é melhor e mais seguro; em vez de uma independência natural, conseguiram a liberdade e em vez de sua força, que poderia ser superada pelos outros, [conseguiram] um direito que a união social torna invencível*”.

Portanto, Rousseau não pretende negar a sociedade e promover a volta ao estado de natureza. Ele quer combater os abusos que se criaram quando os homens passaram a viver em sociedades civis. Nos seus dois *Discursos*, Rousseau critica o fato de artistas e intelectuais se entregarem aos caprichos fúteis e às modas passageiras, mas ao mesmo tempo valoriza as autênticas conquistas do espírito humano. Da mesma forma, Rousseau promove a condenação das forças sociais que, em nome da liberdade, acorrentam o indivíduo, e se propõe a demonstrar como deve ser uma sociedade realmente livre e igualitária.

II

“*O homem nasceu livre e, não obstante, está acorrentado em toda parte. Julga-se senhor dos demais seres sem deixar de ser tão escravo como eles*”. Estas frases pertencem a *Do Contrato Social*, obra que Rousseau escreveu em 1757 mas só veio a publicar em 1762, juntamente com o *Emílio*, seu tratado pedagógico. O *Contrato* é o coroamento do ideário político de Rousseau.

A noção de contrato ou pacto social não era nova. Ela havia sido desenvolvida anteriormente por Locke, Hobbes e Spinoza. Em termos gerais, esta noção corresponde à idéia de que, em determinado momento de sua evolução, os seres humanos se viram diante da necessidade de se associarem através de um acordo tácito que os unisse para enfrentarem em

conjunto os obstáculos da natureza. No capítulo VI do Livro Primeiro do *Contrato*, Rousseau diz: "*Suponho aos homens terem chegado a um ponto em que os obstáculos que atentam contra a sua conservação no estado natural excedem as forças que cada indivíduo pode empregar para manter-se nesse estado. Então, este estado primitivo não pode subsistir, e o gênero humano pereceria se não mudasse de modo de ser*".

Quais são, entretanto, as diferenças entre a doutrina do contrato social em Rousseau e a dos filósofos anteriores? Thomas Hobbes, por exemplo, admite que, no contrato com os demais indivíduos, cada homem perdesse a sua liberdade (desde que para isso desse o seu consentimento) e todos se submetessem à autoridade exterior de um governante. Para Jean-Jacques Rousseau, ao contrário, o contrato social é a própria condição de realização da liberdade humana e não constitui um princípio de submissão, mas de associação. O contrato, diz ele, deve "*encontrar uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associação (...) e pela qual cada um, unindo-se a todos, não obedeça senão a si mesmo, ficando assim tão livre quanto antes*". Isso quer dizer que é na medida em que participa de uma comunidade que o homem se torna livre: ele adquire o que Rousseau chama de liberdade moral, "*que faz o homem dono de si mesmo*", e ao mesmo tempo se liberta do "impulso dos apetites", que para ele significa escravidão.

Para Rousseau, "*o ato de associação encerra uma conexão recíproca do público com os particulares*" e significa ao mesmo tempo o contrato do indivíduo consigo mesmo. Ou seja, "*cada indivíduo, contratando por assim dizer consigo mesmo, encontra-se obrigado sob um duplo ponto de vista, a saber: como membro do soberano com respeito aos particulares e como membro do Estado com respeito aos soberanos*".

Para entender esta frase, é necessário antes compreender o sentido dos termos empregados por Rousseau. O que é o Estado para ele? Na concepção rousseauiana, o Estado não é um órgão exterior à comunidade; ele é a própria comunidade organizada politicamente. Ou seja, o Estado é a expressão passiva do corpo político constituído pelos cidadãos através de sua associação, através do contrato social. Por sua vez, soberano é o povo, não o monarca. A soberania é a expressão ativa do corpo político. Indivisível, ela pertence inalienavelmente à comunidade, que a exerce através da promulgação de leis que serão executadas pelo Governo. O problema principal, aqui, é saber o que apóia a soberania popular.

No início, Rousseau considerou que a democracia ideal era a democracia direta. Por isso, quanto menor fosse um Estado, melhor seria, pois "*quanto maior o Estado, tanto menor a liberdade*". É essa a razão que leva Rousseau a elogiar as Cidades-Estados. Nas democracias diretas

está, a princípio, assegurado o objetivo do contrato social: "*cada homem não obedece a ninguém mais do que a si mesmo e permanece tão livre como até então*". Mas isso faz surgir a seguinte objeção: se todos estão de acordo e se governam a si próprios, qual a necessidade da lei? Porém, Rousseau sabe que nem todos estão de acordo. Na verdade, como os indivíduos possuem em geral uma tendência para o egoísmo, cada um pode pretender apenas o seu próprio bem, em detrimento dos demais. Ao tratar de tal problema, Rousseau desenvolve a teoria da vontade geral.

III

O que é a vontade geral? Rousseau distingue *vontade geral* de *vontade de todos*. A vontade de todos é a soma das vontades individuais, egoístas e apenas ocasionalmente coincidentes. A vontade geral, entretanto, é a vontade dos indivíduos dirigida para o bem comum; não é a soma dos interesses particulares, mas das diferenças existentes entre eles, ou melhor, a síntese do que existe de comum entre as vontades particulares.

Rousseau afirma que os cidadãos são convocados para votar não para aquilo que cada um deseja, mas para aquilo que todos desejam. Mas como isso é possível? Como posso saber o que todos desejam? Rousseau rebate esta objeção afirmando que "*cada indivíduo pode, como homem, ter uma vontade particular*" e ao mesmo tempo possuir "*uma vontade geral como cidadão*". Daí resulta que cada homem, aceitando a autoridade da vontade geral, não está senão obedecendo uma lei que ele prescreve para si mesmo.

Dessa forma, Rousseau estabelece a idéia de que a vontade geral é infalível, porque ela sempre exprime o bem comum e coincide com a soberania popular, ao mesmo tempo que a legítima. A vontade geral, portanto, se impõe a todos os membros da sociedade como obrigatória, e assim deve ser cumprida. A crítica que se pode fazer a isso é que, desta maneira, o indivíduo deixa de ser livre. Mas Rousseau, baseado nas suas argumentações anteriores, afirma ao contrário que, na medida em que é obrigado a cumprir a vontade geral, "*o indivíduo é forçado a ser livre*".

Na opinião de Rousseau, não se trata de uma contradição ou um paradoxo. Ele parte da idéia de que é na sociedade que o homem realiza sua liberdade e esta liberdade difere profundamente daquela "independência natural" que, em muitos casos, abandonava o ser humano, inseguro e fraco, diante das forças da natureza. Além disso, a vontade geral, uma vez que visa ao bem comum, só poderá propor as melhores decisões para cada indivíduo em particular. Da mesma forma, a vontade geral é condição de liberdade porque ela se assemelha às leis universais da natureza: diante

delas, todos os homens estão em igualdade porque todos estão submetidos igualmente a elas.

É dessa teoria da vontade geral que Rousseau desenvolverá sua doutrina dos poderes. Segundo ele, só o poder legislativo é o poder em sentido próprio. Ele é exercido pela própria comunidade, através de reuniões de massas, ou por uma assembléia popular eleita pela maioria. Rousseau não admite a separação dos poderes; os poderes executivo e judiciário não são partes do poder geral, mas emanações do corpo social; eles não devem ser separados para que possam ser equilibrados, mas distinguidos para que possam ser compreendidos. O poder pertence ao povo de forma indivisível e é apenas delegado, por critérios de representatividade, aos governantes escolhidos pelo voto.

Em todo o caso, o Governo não se pode manter de forma absoluta ou indefinida. Na medida em que ele deixa de encarnar a vontade geral, ou na medida em que cumpre interesses particulares e egoístas, deve ser deposto e substituído por outro. Por essa razão, o voto não é somente a origem das leis; ele é também um elemento de negatividade, destinado a suprimir um governo quando este, como diz Rousseau, "*escarnece abertamente da equidade*", ou seja, quando afronta a igualdade e fere a democracia, quando coloca seus interesses individuais contra o bem comum.

Um policiamento constante sobre o Governo é necessário, segundo Rousseau, porque todo Governo é inevitavelmente uma associação de indivíduos, mais especificamente uma aristocracia eleita pelo povo. E isso é inevitável porque os homens são imperfeitos. No *Contrato*, Rousseau diz: "*se houvesse um povo de deuses, seu governo seria democrático. Um governo tão perfeito não é para os homens*". É preciso notar que, para Rousseau, Governo e Estado são realidades inteiramente distintas. O Estado, como já vimos, é a comunidade politicamente organizada; o Governo é o órgão específico eleito pela comunidade para administrar a sociedade e cumprir as leis votadas pelo soberano. Por isso, embora o Governo seja aristocrático, o Estado e também o poder e a soberania são sempre democráticos.

Vale dizer, a título de acréscimo, que Rousseau põe por terra, em sua obra, toda a doutrina política do absolutismo e do poder divino dos reis. Isso está explícito e implícito em várias passagens do *Contrato Social*. Não foi por acaso, portanto, que Rousseau foi condenado à prisão e viu-se forçado a fugir para fora da França e da Suíça, onde seus livros chegaram a ser queimados. Não foi sem razão também que passou a sofrer de mania de perseguição, fato que o levou a atrair-se e a romper com a maioria de seus amigos, incluindo Hume.

BIBLIOGRAFIA

- BURNS, E. McN.: *História da Civilização Ocidental*. Porto Alegre, Globo, 1972. p. 601-603. Vol.II.
- CHAUÍ BERLINCK, Marilena. Capítulo 34 da *História das Grandes Idéias do Mundo Ocidental* (vários autores). São Paulo, Abril, 1975. p. 465-484. Vol. II.
- MABBOTT, J. D.: *O Estado e o Cidadão*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968. p. 30-37.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques.: *Obras Seleccionadas*. In: *Os Pensadores*. Rio de Janeiro, Abril Cultural, 1975. Vol. XXIV.
- RUSSELL, Bertrand.: *História da Filosofia Ocidental*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1969. p. 230-249. Vol. 4.
- SALOMON-BAYET, Claire. "Jean-Jacques Rousseau", In: *O Iluminismo*, Vol. 4 da *História da Filosofia*. (col.) dirigida por François Châtelet. Rio de Janeiro, Zahar, 1974. p. 131-186.